

DME Energética S.A. - DMEE

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e de 2014
e relatório dos auditores independentes*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações de resultados.....	6
Demonstrações de resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Consolidada.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionista da
DME Energética S.A. - DMEE

Examinamos as demonstrações contábeis da DME Energética S.A. - DMEE (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia mantém participação no Consórcio Empresarial Pai Querê. As demonstrações contábeis de referido consórcio não foram submetidas a auditoria ou revisão, por nós ou por outros auditores. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo de R\$ 3.755 mil, mantido em 31 de dezembro de 2015 na conta Investimentos, no Ativo não Circulante da Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia participa com 10,0877% na coligada SEFAC – Serra do Facão Energia S.A. O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da SEFAC – Serra do Facão Energia S.A., emitido por outros auditores, conteve a seguinte ressalva: A Companhia registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público – UBP, de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2015. O registro contábil ora descrito, estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. De acordo com as orientações do OCPC 05 – Contratos de Concessão e considerando as características do contrato de concessão da Companhia, entendemos se tratar de um contrato não executório, que requeira que o registro da obrigação do UBP em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ativo intangível (direito de concessão) está a maior em R\$ 433.087 mil (em 31 de dezembro de 2014 os saldos de obrigações a pagar e do ativo intangível estavam a menor em R\$ 1.436.554 mil e R\$ 982.764 mil, respectivamente), os impostos diferidos ativos está a menor em R\$ 147.250 mil (R\$ 154.289 mil em 31 de dezembro de 2014), o patrimônio líquido está a maior em R\$ 285.837 mil (R\$ 299.501 mil em 31 de dezembro de 2014) e o prejuízo do exercício está a maior em R\$ 13.664 mil (R\$ 58.714 mil em 31 de dezembro de 2014), líquidos dos efeitos tributários. Tendo em vista a falta de registro dos montantes acima mencionados pela coligada SEFAC - Serra do Facão Energia S.A., as demonstrações contábeis da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, não contemplam os ajustes correspondentes a parcela de sua participação dos referidos valores.

Opinião com ressalva sobre as Demonstrações Contábeis:

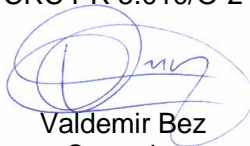
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. - DMEE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é ré em um processo cível judicial, em trâmite na segunda vara cível da Comarca de Poços de Caldas, em que a autora alega ter pactuado um contrato de compra e venda de energia elétrica, para o período compreendido entre janeiro de 2008 e dezembro de 2014, sem a entrega do objeto contratado, cujo valor atualizado é de R\$ 3.246 mil. A Companhia e seus assessores jurídicos entendem que não há um acordo formal entre as partes e em razão do estágio em que o processo se encontra, o risco de perda do processo é considerado possível e os valores desta ação não podem ser determinados com razoável segurança. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Maringá - PR, 04 de março de 2016

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez

Contador
CRC PR 037.262/O-2

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>		<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	140.602	115.471	Fornecedores	11	1.005	2.665
Contas a receber	5	6.859	6.842	Impostos e contribuições sociais	12	652	852
Outros créditos	6	8.699	4.677	Outras obrigações		949	761
Estoque		<u>122</u>	<u>22</u>	Obrigações estimadas		206	164
				Encargos de uso da rede elétrica		63	74
Total do ativo circulante		<u>156.282</u>	<u>127.011</u>	Salários, provisão e contribuições sociais		68	71
Não circulante				Uso do bem público - CESAP	13	7.630	9.622
Ativo realizável a longo prazo				Dividendos propostos	15	<u>3.537</u>	<u>5.232</u>
Outros Créditos	7	5.314	36			<u>14.111</u>	<u>19.441</u>
Investimentos	8	112.496	119.283	Não circulante			
Imobilizado	9	112.843	116.880	Uso do bem público - CESAP	13	155.251	136.362
Intangível	10	<u>71.423</u>	<u>74.848</u>	Outras contas a pagar	14	<u>1.166</u>	<u>946</u>
		<u>302.076</u>	<u>311.047</u>			<u>156.417</u>	<u>137.308</u>
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		<u>458.358</u>	<u>438.058</u>	Capital social	15	218.634	218.634
				Reserva			
				Reserva de lucros		64.616	58.826
				Reserva legal		4.615	3.870
				Recursos Consorciadas - CESAP		<u>(35)</u>	<u>(21)</u>
						<u>287.830</u>	<u>281.309</u>
				Total do passivo		<u>458.358</u>	<u>438.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	16	86.217	79.232
Gastos operacionais	17	(13.725)	(13.341)
Energia elétrica comprada	18	<u>(25.701)</u>	<u>(36.334)</u>
Lucro bruto		46.791	29.557
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(4.104)	(3.389)
Outras despesas operacionais		(814)	(271)
Resultado de equivalência patrimonial		<u>(9.487)</u>	<u>1.981</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		32.386	27.878
Receitas financeiras	19	16.177	11.474
Despesas financeiras	19	<u>(26.827)</u>	<u>(12.777)</u>
Resultado financeiro		<u>(10.650)</u>	<u>(1.303)</u>
Resultado antes dos impostos		21.736	26.575
Contribuição social	20	(1.818)	(1.209)
Imposto de renda	20	<u>(5.026)</u>	<u>(3.333)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>14.892</u>	<u>22.032</u>
Quantidade de ações		<u>215.696.330</u>	<u>215.696.330</u>
Lucro por ação - R\$		<u>0,0690</u>	<u>0,1021</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado Líquido do Exercício	<u>14.892</u>	<u>22.032</u>
Resultado abrangente total	<u><u>14.892</u></u>	<u><u>22.032</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>			Lucros acumulados	Recursos de consorciadas CESAP	Total
	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	218.634	2.768	48.441	-	(21)	269.822
Lucro do exercício	-	-	-	22.032	-	22.032
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(834)	-	-	(834)
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	1.102	-	(1.102)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	(5.232)	-	(5.232)
Dividendo Complementar (25%)	-	-	754	(5.233)	-	(4.479)
Transferência para reserva de lucros	-	-	10.465	(10.465)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	218.634	3.870	58.826	-	(21)	281.309
Lucro do exercício	-	-	-	14.892	-	14.892
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	412	-	-	412
Recursos das Consorciadas - CESAP	-	-	-	-	(14)	(14)
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	745	-	(745)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	(3.537)	-	(3.537)
Dividendo Complementar (25%)	-	-	(1.695)	(3.537)	-	(5.232)
Transferência para reserva de lucros	-	-	7.073	(7.073)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	218.634	4.615	64.616	-	(35)	287.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.892	22.032
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Resultado financeiro	16.897	3.324
Resultado com equivalência patrimonial	9.487	(1.981)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	952	31.889
Depreciação/Amortização	10.371	11.137
	<u>52.599</u>	<u>66.401</u>
Variações patrimoniais		
Redução (aumento) nas contas a receber	30	(670)
Aumento (redução) nos outros créditos	(7.848)	(3.676)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes e não circulantes	(5.648)	(526)
Aumento (redução) nos encargos de uso rede elétrica	(11)	11
(Redução) aumento nas compra de energia elétrica - BAESA/SEFAC	(1.710)	2.078
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	1.033	617
(Redução) aumento nos demais passivos circulantes e não circulantes	3.665	3.264
	<u>(10.489)</u>	<u>1.098</u>
Caixa Oriundo das operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(581)	(8.896)
	<u>(11.070)</u>	<u>(7.798)</u>
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>41.529</u>	<u>58.603</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições em imobilizado	(3.861)	(36.212)
Dividendos recebidos	1.392	2.824
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(2.469)</u>	<u>(33.388)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Operações com coligadas e controladas	(44)	(82)
Juros sobre capital próprio	(8.653)	(9.064)
Dividendos pagos	(5.232)	(4.477)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(13.929)</u>	<u>(13.622)</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos	<u><u>25.131</u></u>	<u><u>11.593</u></u>
A variação líquida de caixa é assim demonstrada		
Disponibilidades		
No fim do exercício	140.602	115.471
No início do exercício	115.471	103.878
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u><u>25.131</u></u>	<u><u>11.593</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas		
Venda de energia e serviços	93.352	83.613
Outros resultados	<u>(735)</u>	<u>(248)</u>
	92.617	83.365
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos - Custos energia comprada	(25.702)	(36.334)
Material e serviços de terceiros	<u>(5.991)</u>	<u>(4.017)</u>
	<u>(31.693)</u>	<u>(40.351)</u>
Valor adicionado bruto	<u>60.924</u>	<u>43.015</u>
(=) Valor adicionado líquido	<u>60.924</u>	<u>43.015</u>
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	(10.728)	(1.316)
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(9.487)</u>	<u>1.981</u>
	<u>(20.215)</u>	<u>665</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>40.709</u>	<u>43.680</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	1.141	1.358
Encargos sociais (exceto inss)	177	80
Entidade de previdência privada	81	85
Auxílio-alimentação	151	145
Provisões de férias e 13º	265	281
Convênio assistencial e outros benefícios	254	132
Participação nos resultados	100	64
Outros	<u>110</u>	<u>27</u>
	2.281	2.172
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	247	246
IRPJ/CSLL	6.844	4.542
PIS/COFINS e Outros	7.136	4.392
Outros	<u>9.310</u>	<u>10.296</u>
	23.536	19.476
Acionistas		
Resultados retidos	<u>14.892</u>	<u>22.032</u>
Total	<u>40.709</u>	<u>43.680</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. A Companhia

A DME Energética S.A. (“Companhia” ou “DMEE”), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 65 – centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia.

A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. Sob o aspecto societário, a DMEE detém as seguintes participações diretas:

Sociedades/Consórcios	Participação %
Baesa - Energética Barra Grande S.A.*	8,8189%
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.***	10,0877%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. – ETAU**	10,0000%
Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ	10,0000%
Consórcio Empresarial Salto do Pilão - CESAP	20,0000%

*Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

**Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

***Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Facão.

b. Outorgas de Geração de Energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração de quatro empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usina	Potência (MW)	Regime de exploração	Tipo de geração	% Participação	Participação DMEE (MW)	Município	Fase
Pai Querê	292	PIE	UHE	10,00%	29,20	Bom Jesus - RS e Lages - SC	Projeto
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,8	PIE	PCH	100,00%	7,8	Poços de Caldas - MG	Operação
Salto Pilão	192	PIE	UHE	20,00%	38,38	Apiúna - SC, Ibirama - SC e Lontras - SC	Operação
UHE Pedro Affonso Junqueira (Antas I)	8,78	Cotas	UHE	100,00%	8,78	Poços de Caldas - MG	Operação
	<u>500,47</u>				<u>84,16</u>		

A partir do mês de abril de 2014, a concessão da Usina Antas I passou a ser de titularidade da DMEE, conforme 1º Termo Aditivo ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 048/99 - ANEEL.

A totalidade da geração da usina é destinada a 34 distribuidoras de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional), no regime de cotas. A DMEE recebe mensalmente por esta energia 1/12 da RAG (Receita Anual de Geração), estipulada no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 48/99.

c. Consórcio Empresarial Salto Pilão - CESAP

O Consórcio Empresarial Salto Pilão (“CESAP”), com sede em Florianópolis - SC, foi constituído em 22 de janeiro de 2002 e tem por objeto a construção, operação, manutenção, administração e exploração, mediante concessão de uso de bem público (concessão onerosa), do aproveitamento hidrelétrico Salto Pilão bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme definido no Contrato de Concessão nº. 015, datado de 23 de abril de 2002, assinado pelas consorciadas com a ANEEL.

A Companhia participa no Consórcio Salto Pilão (“CESAP”) com 20%. O Consórcio não têm personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta dos consorciados, portanto, devem ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para o cumprimento do Contrato de Concessão.

As operações do Consórcio serão mantidas durante o prazo de concessão compartilhada das consorciadas.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com as normas elaboradas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A autorização para a conclusão e emissão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 30 de março de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as estimativas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber
- Nota 21 - Contingências
- Nota 23 - Instrumentos financeiros

3 Principais políticas contábeis

“A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015”.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

b. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação e, que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais ativos e passivos financeiros: i. mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii. empréstimos e recebíveis, iii. caixa e equivalentes de caixa e iv. Passivos financeiros não derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

i. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas e despesas financeiras”, no período em que ocorrem.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber.

iii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

iv. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores (nota explicativa nº 11) e outras contas a pagar (nota explicativa nº 14).

v. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

c. Impairment de ativos e passivos financeiros

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis):

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis a ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

d. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado á UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Contrato de Concessão – AHE Salto Pilão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

A obrigação decorrente do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União. A contrapartida dessa obrigação está registrada no Ativo Intangível e será amortizada pelo mesmo período da obrigação.

O valor contabilizado como ativo intangível relativo ao UBP está sendo amortizado pelo respectivo prazo remanescente da concessão.

Em “Outros intangíveis” estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios	5 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	7 - 37 anos
Móveis e utensílios	5 - 16 anos

Os métodos de depreciação, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2015.

g. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, ao final de cada exercício ou sempre que houver indicação que o ativo possa apresentar perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando suas operações de serviço de distribuição de energia em toda a área definida no contrato de concessão com a finalidade de mensurar o montante de perda, que é imediatamente reconhecida no resultado, quando aplicável.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não registrou provisões.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

j. Impostos e contribuições

A Companhia apura e calcula seus tributos, impostos e contribuições, com base em regime de competência:

- O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados de acordo com a Apuração Mensal no LALUR (Livro de apuração do Lucro Real).
- As contribuições do PIS e da COFINS são apuradas conforme o faturamento mensal da Companhia.
- As contribuições ao INSS e ao FGTS são apuradas de acordo com a folha de pagamento mensal da Companhia.
- O ISSQN e o IRRF são retidos quando da contratação e prestação de serviços de terceiros.

k. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela.

i. Receita financeira

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível ao número de ações em posse dos acionistas controladores da Companhia.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações e interpretações são efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que tais normas não terão impactos futuros em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	2015	2014
Caixa	1	1
Bancos	1.035	24
Aplicações financeiras – CDB Pré-fixado	139.566	115.446
	<u>140.602</u>	<u>115.471</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ampla Energia e Serv. S/A	128	119
Bandeirantes Energia S/A	166	145
CELG Distribuição S/A	94	86
CEMIG Distribuição S/A	164	156
CELPA - Centrais elétricas do Pará S/A	306	282
COELBA - Cia. De Eletricidade do Estado da Bahia	328	308
CELTINS - Cia. De Energia Elétrica do Estado do Tocantins	32	32
CEAL - Cia. Energética de Alagoas	53	14
CELPE - Cia. Energética de Pernambuco	315	305
COELCE - Cia. Energética do Ceará	205	167
CEMAR - Cia. Energética do Maranhão	77	71
CEPISA - Cia. Energética do Piauí	194	180
COSERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	119	110
Cia. Estadual de Distribuição de Energia	107	101
Cia. Paulista de Força e Luz	76	62
Copel Distribuição S/A	386	454
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	225	221
Eletropaulo Metropolitana Eletr. De São Paulo	625	567
Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A	69	78
Energisa Borborema Distrib. De Energia S/A	7	8
Energisa Paraíba Distrib. De Energia S/A	46	39
Energisa Sergipe Distrib. De Energia S/A	33	28
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A	172	189
Light Serviços de Eletricidade S/A	433	377
Tradener Ltda	0	607
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	197	178
DME Distribuição S/A - UHE Barra Grande	0	1958
Solenergias Comercializadora de Energia S/A	668	0
CPFL Comercialização Brasil S/A	1634	0
	<u>6.859</u>	<u>6.842</u>

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

6 Outros créditos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Dividendos a receber	1.967	515
Tributos a compensar	5.219	3.977
Retenção sobre venda de energia	136	89
Adiantamento fornecedores	22	71
Créditos a Receber - Empregados	30	0
Seguros	1.324	12
Outros devedores	1	7
	<u>8.699</u>	<u>4.677</u>

7 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e suas coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2015	2014
Ativo Circulante		
DME Distribuição S.A. DMED (nota 5)	0	1.958
Ativo não Circulante:		
Outras contas a receber	5.314	36
Passivo Circulante:		
Compra de Energia Elétrica - BAESA (nota 11)	792	2.502
Fornecedores - Materiais e Serviços	213	163
	1.005	2.665
	6.319	4.659

- (a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande; o qual vigorará até 14 de maio de 2036.

As receitas com vendas de energia elétrica com parte relacionada estão representadas da seguinte forma:

	2015	2014
DMED – Venda		
Comercialização de energia	16.493	24.547
	16.493	24.547
	16.493	24.547

Os custos com as compras de energia elétrica podem ser assim resumidos:

	2015	2014
Barra Grande Energia S.A	22.156	21.457
	22.156	21.457
	22.156	21.457

Profissionais chaves da Administração

A Companhia considerou como “profissionais chave” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente e pelo Diretor Comercial-Financeiro.

Durante os exercícios de 2015 e 2014 a remuneração da Diretoria Executiva foi apropriada como despesa que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios no montante de R\$ 491 em 2015 (R\$ 778 em 2014).

8 Investimentos

a. Composição dos investimentos

Composição dos Investimentos

	2015	2014
Participações em consórcio		
Consórcio Empresarial Pai Querê	3.755	3.711
	3.755	3.711
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S/A	61.739	61.016
Sefac - Serra do Facão Energia S.A.	32.468	46.111
Etau - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	8.986	8.445
	103.193	115.572
Adiantamento para futuro aumento de capital – SEFAC	5.548	-
	112.496	119.283

b. Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial:

Em milhares de reais	Participação %	Quantidade de ações	Total do Ativo	Patrimônio Líquido	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial 2015	Equivalência Patrimonial 2014
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,8189%	398.381.000	1.315.431	700.070	8.276	730	3.578
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	10,0877%	370.899.999	1.085.427	390.737	(121.368)	(12.243)	(3.077)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	10%	34.895.364	146.676	85.848	20.266	2.026	1.480
			2.547.534	1.176.655	(92.826)	(9.487)	1.981

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

9 Imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Provisão para redução do valor recuperável	Líquido	
					2015	2014
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	21.043	(4.961)	(2.523)	13.558	14.014
Máquinas e equipamentos	3,33%	66.707	(17.144)	(10.921)	38.642	40.353
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	82.456	(11.845)	(15.141)	55.470	56.899
Veículos	14,29%	302	(226)	-	76	86
Móveis e Utensílios	6,25%	73	(37)	(4)	32	35
Terrenos	-	1.759	-	(187)	1.573	1.572
Sistema de Transmissão e Conexão	-	1.085	(222)	-	863	901
Total do imobilizado em serviço		173.425	(34.435)	(28.775)	110.214	113.860
Imobilizado em curso						
Imobilizado em curso		1.616	-	-	1.616	1.928
Total do imobilizado em curso		1.616	-	-	1.616	1.928
Administração:						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(467)	-	819	862
Máquinas e equipamentos	6,25%	401	(314)	-	87	106
Móveis e utensílios	6,25%	239	(138)	-	101	116
Veículos	14,29%	110	(105)	-	4	9
Total do imobilizado - Administração		2.036	(1.024)	-	1.012	1.092
Total do Imobilizado		177.078	(35.460)	(28.775)	112.843	116.880

a. Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da portaria ANEEL 367/2009:

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização acumulada	Provisão para redução do valor recuperável	Líquido	
				2015	2014
Ativo imobilizado em serviço					
Geração	173.425	(34.435)	(28.775)	110.215	113.860
Administração	2.037	(1.024)	-	1.012	1.092
	<u>175.462</u>	<u>(35.460)</u>	<u>(28.775)</u>	<u>111.227</u>	<u>114.952</u>
Ativo imobilizado em curso					
Geração	1.616				1.928
	<u>177.078</u>	<u>(35.460)</u>	<u>(28.775)</u>	<u>112.843</u>	<u>116.880</u>

b. Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

	31.12.2014	Adições	Baixas	Transfer.	31.12.2015
Terrenos	1.760	-	-	-	1.760
Reservatórios, barragens e adutoras	82.456	-	-	-	82.456
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.329	-	-	-	22.329
Máquinas e equipamentos	67.024	84	-	-	67.108
Veículos	412	39	(40)	-	411
Móveis e utensílios	312	1	-	-	313
Sistema Transmissão e conexão	1.085	-	-	-	1.085
	<u>175.378</u>	<u>124</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>175.462</u>

c. Movimentação da depreciação acumulada

	31.12.2014	Adições	Baixas	Transfer.	31.12.2015
Reservatórios, barragens e adutoras	(9.244)	(2.601)	-	-	(11.845)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.623)	(804)	-	-	(5.428)
Máquinas e equipamentos	(14.265)	(3.194)	-	-	(17.458)
Veículos	(318)	(43)	31	-	(331)
Móveis e utensílios	(157)	(20)	-	-	(176)
Sistema Transmissão e conexão	(184)	(38)	-	-	(222)
	<u>(28.791)</u>	<u>(6.700)</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>(35.460)</u>

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferênc	31.12.2014
Reservatórios, barragens e adutoras	(6.614)	(2.630)	-	-	(9.244)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.336)	(1.287)	-	-	(4.623)
Máquinas e equipamentos	(10.816)	(3.449)	-	-	(14.265)
Veículos	(300)	(40)	22	-	(318)
Móveis e utensílios	(136)	(21)	-	-	(157)
Sistema Transmissão e conexão	(146)	(38)	-	-	(184)
	<u>(21.348)</u>	<u>(7.465)</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>(28.791)</u>

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

10 Intangível

O intangível está assim demonstrado:

	Taxa de Depreciação	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Provisão para valor recuperável	Líquido	
					2015	2014
Imobilizado em serviço	20%	88.660	(17.269)	(3.812)	71.388	74.793
Administração	20%	220	(185)	-	35	55
Total do Intangível		88.880	(17.454)	(3.812)	71.423	78.848

a. Composição do Intangível

	2013	Adição	Amortiz.	2014	Adição	Amortiz.	2015
UHE Salto Pilão	15	-	(9)	6	-	(6)	0
UBP - Salto Pilão	78.186	-	(3.399)	74.787	-	(3.399)	71.388
PCH Padre Carlos	1	-	-	1	-	-	1
Administração	32	39	(17)	54	-	(19)	35
Total do Intangível	78.234	39	(3.425)	74.848	-	(3.424)	71.423

11 Fornecedores

	2015	2014
Compra de energia elétrica - BAESA (nota 7)	792	2.502
Materiais e Serviços	213	163
	1.005	2.665

12 Impostos e contribuições sociais

	2015	2014
Impostos		
Imposto de renda Retido na Fonte	132	2
Issqn - Serviços de Terceiros	5	5
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	0	439
Contribuições sociais		
Inss	28	29
Fgts	11	11
Pis	379	38
Cofins	280	149
Csll	0	178
Outros	17	0
	652	852

13 Uso do bem público (CESAP)

	2015	2014
UBP - CESAP (Passivo Circulante)	7.630	9.622
UBP - CESAP (Passivo Não Circulante)	155.251	136.362
	162.881	145.984

14 Outras contas a pagar

	2015	2014
ABRAGEL	10	10
Materiais e Serviços	23	0
P&D - Pesquisa e Desenvolv. – CESAP	607	424
Retenção Contratual – CESAP	0	37
Aquisição Unid.Conservação – CESAP	526	475
	1.166	946

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 2011, o valor do capital social era de R\$ 215.696 e, em 2012 houve um aumento no capital social no valor de R\$ 2.938, que se refere a dividendos do exercício de 2010 não distribuídos para a controladora direta DME Poços de Caldas Participações S.A., que deliberou pela integralização dos dividendos, em 06 de janeiro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária. Assim, o capital social em 31 de dezembro de 2015 e 2014, subscrito e totalmente integralizado é R\$ 218.634 (idem em 2012), divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento. A Companhia está investindo em projetos de geração de energia hidráulica e eólica, diversificando sua atividade principal.

Os principais investimentos são AHE Pai Querê, Estudos de Inventário Hidrelétrico nos Rios Pardo, Verde e Capivari, estudos solarimétricos e hidráulicos em Poços de Caldas. Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária - AGE de 12/05/2015, o conselho de administração deliberou por interromper as ações de estudos/projetos para implantação da PCH Cabo Verde, CGH's Lua de Mel e Ozório e do Parque Eólico Claro dos Poços.

d. Destinação do lucro líquido

A Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

No exercício de 2015 a Companhia deliberou pelo pagamento nos meses de abril, junho, julho, novembro e dezembro de juros sobre o capital próprio para sua única acionista DME Poços de Caldas Participações S.A., no valor total de R\$ 8.653 (R\$ 9.064 em 2014) calculados sobre as contas do patrimônio líquido utilizando a taxa de juros de longo prazo no período de janeiro a novembro, conforme previsto na legislação vigente.

Em 2015, a Companhia apurou o valor de R\$ 7.074 mil que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício.

	2015	2014
Resultado do período	14.892	22.032
(-) Reserva legal	(745)	(1.102)
Base de cálculo	14.147	20.930
Dividendos propostos:	14.147	10.465
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	3.537	5.232
Dividendos propostos (25%)	3.537	5.233

16 Receita operacional líquida

a. Receita com fornecimento de energia

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	46.194	41.539
Comercialização de energia	42.556	37.050
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	2.346	3.604
Usina Antas I - Regime de Cotas	2.256	1.420
Venda de Crédito Carbono – CESAP*	-	11
	93.352	83.624
Deduções da receita operacional		
PIS/Pasep	(937)	(743)
COFINS	(4.317)	(3.422)
Encargos do consumidor - P&D	(329)	(227)
Taxa de Fiscalização ANEEL**	(107)	0
Compensação Financeira Recursos Hídricos**	(1.445)	0
	(7.135)	(4.392)
	86.217	79.232

(*) – De acordo com o Novo Manual de Contabilidade implantado pela ANEEL em 2015, essa conta foi classificada como outras receitas operacionais.

(**) – De acordo com o Novo Manual de Contabilidade implantado pela ANEEL em 2015, essas contas foram classificadas como redutoras das receitas operacionais.

17 Gastos operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depreciação	3.763	3.762
Amortização	3.405	3.408
Serviços de terceiros	4,076	3.500
Encargos de uso rede elétrica	1.524	728
Compensação Financeira Recursos Hídricos*	0	1.235
Outros	204	113
Pessoal	607	522
Material	146	73
	<u>13.725</u>	<u>13.341</u>

(*) – De acordo com o Novo Manual de Contabilidade implantado pela ANEEL em 2015, essa conta foi classificada como redutora das receitas operacionais.

18 Energia elétrica comprada

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
BAESA - Barra Grande Energia S.A.	22.156	21.457
CCEE - Câmara Comercialização de Energia	(5.660)	3.702
Seal Trade Comércio e Serviços	0	592
Tradener Ltda	430	1.760
ECEL - Eletron Com. Energia Ltda	0	3.773
Matrix Comercializadora de Energia	0	523
Clime Trading Com. De Energia Ltda	0	2.270
Léros Energia e Participações S/A	0	2.257
Bio Energia Comércio de Energia	858	0
EDP – Comerc. e Serviços de Energia Ltda	927	0
América Energia Ltda	4.881	0
Electra Comercializadora de Energia Ltda	1.559	0
Comerc Comercializadora de Energia Ltda	287	0
Gávea Comercializadora de Energia Ltda	263	0
	<u>25.701</u>	<u>36.334</u>

A partir de 01 de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC, a compra de energia ocorreu no exercício de 2011. A partir de 2012 toda a energia da SEFAC esta sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

19 Receitas e despesas financeiras líquidas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Financeira		
Juros Recebidos	13	6
Rendimento de aplicações financeiras	16.652	11.455
(-) Tributos sobre receita financeira	(566)	0
Receita não Operacional	79	13
	<u>16.178</u>	<u>11.474</u>
Despesa Financeira		
Atualização financeira - P&D	(60)	(36)
Encargos Financeiros UBP Salto Pilão	(21.550)	(12.629)
Uso do bem público – UBP - AVP	(5.031)	0
Outras Despesas	(185)	(112)
	<u>(10.649)</u>	<u>(1.303)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(10.649)</u>	<u>(1.303)</u>

Receita financeira

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

20 Imposto de renda e contribuição social

A demonstração do exercício de 2015 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a adoção antecipada dos efeitos da Lei nº 12.973/14.

- a.** Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2015 e 2014:

	2015	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	13.083	13.083
Adições permanentes	14.336	14.336
Exclusões permanentes	(7.220)	(7.220)
Base de cálculo	20.199	20.199
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.030	1.818
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	1.996	0
	5.026	1.818
	2014	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	17.509	17.509
Adições permanentes	6.358	6.358
Exclusões permanentes	(10.438)	(10.438)
Base de cálculo	13.430	13.430
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.015	1.209
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	1.319	0
	3.333	1.209

A taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social nos exercícios de 2015 e de 2014 foi de:

	2015	2014
Resultado do Exercício	13.083	17.510
Efeitos Fiscais sobre:		
(-) Ganho Equivalência Patrimonial	4.849	8.067
(+) Perda Equivalência Patrimonial	14.336	6.087
(-) Reversão RTT – Amortização UBP Art.69 Lei 12.973/14	437	437
(-) Reversão RTT - Encargos financ. UBP – Art.69 Lei 12.973/14	1.934	1.934
(+) Convênios	0	271
Base de Cálculo:	20.199	13.430
IRPJ 15%	3.030	2.014
Adicional IR 10%	1.996	1.319
IRPJ total	5.026	3.333
CSLL	1.818	1.209
Total de IRPJ/CSLL	6.844	4.542
Total - Alíquota efetiva	52%	26%

21 Contingências

A Companhia não possui processos judiciais, para os quais, na avaliação de risco de sua Assessora Jurídica, apresentem risco provável de perda que demande a constituição de provisões, conforme estabelecido pelo CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente. A Companhia é ré em um processo cível judicial, em trâmite na segunda vara cível da Comarca de Poços de Caldas, no qual já foi prolatada sentença de mérito na primeira instância, desfavorável à DMEE, mas que não transitou em julgado, pois se encontra em grau recursal na segunda instância da Justiça Estadual de Minas Gerais. Ainda que a decisão prolatada, no sentido da DMEE cumprir obrigação de entregar energia, seja mantida, não há ainda como saber o prejuízo material da DMEE em reais, porque haverá a contraprestação do pagamento do preço dessa energia pela outra parte, podendo ser irrisório ou até inexistente o prejuízo, dada a volatilidade do preço da energia no mercado. Assim, dado que a decisão de primeira instância não transitou em julgado, isto é, não se fez definitiva, e ainda, que a mesma decisão é ilíquida, não possuindo valor líquido e certo, mas demanda futura liquidação de sentença, não há como mensurar valores de possíveis prejuízos a serem suportados pela DMEE. A Companhia não é parte em outros processos judiciais considerados pela sua Assessora Jurídica com risco de perda possível.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

23 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Numerário disponível** -. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- **Aplicação financeira** - Estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado e é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo, com baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDI).
- **Outros créditos** - São, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Análise de sensibilidade

A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de rendimentos em suas operações com instituições financeiras. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

No que se refere ao risco de taxas de Juros mais relevante, a companhia estima que, em um cenário provável, a Taxa SELIC em 31 de dezembro de 2016 será de 14,77%. A taxa de CDI acompanha a Taxa SELIC. A Cia elaborou Análise de Sensibilidade considerando altas de 11,98% e de 23,20% sobre a menor taxa SELIC estimada conforme previsão BACEN, divulgada através do sistema de expectativa de mercado.

Rendimentos de aplicações financeiras

Cenário provável SELIC	Cenário provável SELIC	Cenário provável SELIC
13,19%	14,77%	16,25%
18.481	20.617	22.752

A Administração da Cia entende que não existe riscos suficientes que justifiquem uma Política de Hedge.

Nível de hierarquia

Pressupõe-se que os saldos das contas “Concessionárias e permissionárias” e “Fornecedores” pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

	Nível de	2015	2014
CDB CAIXA	II	120.909	110.794
CDB BB	II	10	12
CDB Mercantil	II	10.763	0
Compromissada DI - Itaú	II	2.920	2.659
FIC Caixa	II	3.214	3.950
Itaú PP CP	II	1.507	0
Aplicação CESAP	II	241	719
		139.566	118.134

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são como segue:

	2015		2014	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalente caixa (nota 4)	1.036	1.036	25	25
Aplicação financeira (nota 4)	139.566	139.566	115.446	115.446
Contas a receber (nota 5)	6.859	6.859	6.842	6.842
	147.461	147.461	122.313	122.313
	2015			
Ativos Financeiros	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo através do Resultado	Mantidos até o Vencimento	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	-	1.036	-	1.036
Aplicação financeira (nota 4)	-	139.566	-	139.566
	-	140.602	-	140.602

Passivos Financeiros	2015		
	Valor justo através do Resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores (nota 11)	-	1.005	1.005
Folha de pagamento	-	274	274
Tributos e Contribuições Sociais (nota 12)	-	652	652
	-	1.931	1.931

Ativos Financeiros	2014			
	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo através do Resultado	Mantidos até o Vencimento	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	-	25	-	25
Aplicação financeira (nota 4)	-	115.446	-	115.446
	-	115.471	-	115.471

Passivos Financeiros	2014		
	Valor justo através do Resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores (nota 11)	-	2.665	2.665
Folha de pagamento	-	71	71
Tributos e Contribuições Sociais	-	852	852
	-	3.588	3.588

24 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- **Risco de crédito** - Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- **Risco quando a escassez de energia** - A Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, é abastecida predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

O setor elétrico brasileiro está enfrentando um período de crise, que se iniciou em 2012, devido, principalmente, à hidrologia desfavorável, com energia natural afluyente e volume armazenado dos reservatórios muito baixos, o que leva à: a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas; c) preços de liquidação das diferenças (PLD) elevados por um longo período, assim como os preços no mercado livre e mercado regulado.

- **Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira. Esta diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em operações de CDB.

25 Eventos subsequentes

I. Repactuação do Risco Hidrológicos de Geração de Energia Elétrica

Em decorrência do cenário de reduzido despacho hídrico e elevado despacho termelétrico no ano de 2015, inclusive fora da ordem de mérito, os geradores incorreram em elevados índices de GSF (*Generation Scaling Factor*) a elevados valores de PLD, resultando em altos pagamentos ao mercado de curto prazo, o que levou a uma discussão judicial, com a entrada em massa dos agentes na justiça, para discussão de quem pagaria essa conta.

Após a propositura de inúmeras demandas judiciais similares por geradores hidrelétricos, incluindo a DMEE, em que se questionava a aplicação do Fator de Ajuste MRE (ou GSF) e, mais especificamente, após a obtenção de decisões judiciais liminares favoráveis pelos agentes, a Presidente da República fez publicar, em 18/08/2015, a Medida Provisória nº 688/2015, dispondo sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, dentre outros. A referida MP foi convertida na Lei nº 13.203, de 11/12/2015, e também foi publicada a Resolução Normativa nº 684, de 14/12/2015, que dispôs sobre a possibilidade de repactuação do Risco Hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, desde que anuído pela ANEEL e com efeitos a partir de 01/01/2015. As condições para repactuação, assim como a contrapartida dos agentes, na forma de prêmio, preços de referência e taxas de desconto foram estabelecidas pela ANEEL nas citadas regulamentações.

O pedido de repactuação da DMEE foi protocolado na Aneel em 13/01/2016, o qual foi anuído em 20/01/2016, por meio do Despacho no 148. O Termo de Repactuação do Risco Hidrológico nº 76/2016 foi protocolado, pela DMEE, na ANEEL em 26/01/2016, tendo por objeto a repactuação no Ambiente de Contratação Regulada, especificamente em relação aos 20 MWh comercializados da UHE Salto Pilão, na classe de Produto SP100.

No ACR, o risco hidrológico será alocado aos consumidores, mediante pagamento de prêmio pelos geradores hídricos até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento do prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. Os prêmios variam de acordo com a modalidade de repactuação escolhida, conforme Anexo I da Resolução Normativa nº 684/2015. Para a modalidade SP100, que foi a opção da DMEE, o prêmio é de R\$ 9,50/MWh (data-base jan/15).

O GSF suportado pelos agentes no ano de 2015 será ressarcido através da constituição de um ativo financeiro. O ativo financeiro constituído será utilizado para compensação do pagamento do prêmio de risco, pelo prazo determinado para cada produto. Uma vez transcorrido o prazo de compensação e exaurido o ativo financeiro, o agente realizará efetivamente os pagamentos mensais de prêmio de risco. No caso da DMEE, constitui-se um ativo financeiro no valor de R\$ 5.877.960,00, a ser compensado no prazo de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses.

Uma das condicionantes para a repactuação é que os agentes desistam das ações propostas. Sendo assim, a DMEE, por meio do Escritório Baggio e Costa Filho, protocolou na 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, a Petição de Desistência da Ação que discutia a mitigação dos riscos hidrológicos.

II. Suspensão das Liquidação do Mercado de Curto Prazo da CCEE

A CCEE emitiu comunicados sobre a suspensão dos créditos da Liquidação Financeira do MCP, informando que a liquidação financeira da operação de Mercado de Curto Prazo do período de setembro em diante foram adiadas.

A suspensão ocorreu em virtude de uma notificação enviada à CCEE, de decisões judiciais em caráter liminar, determinando, de modo geral, que os agentes protegidos por estas liminares não sejam impactados pelo rateio de valores não pagos no mercado de curto prazo decorrente das decisões judiciais, em oposição ao que tem sido feito desde a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/02. Ou seja, as liminares conseguidas pelos agentes de geração, conforme citada no item que explana sobre a Repactuação do Risco Hidrológico, para que os mesmos fossem isentos dos custos de aplicação do GSF (integral ou parcial), faria com que os custos dos que estivessem sem ação, fossem rateados entre todos os agentes. Porém, novas liminares foram conseguidas, para que, além da proteção contra o GSF, os agentes também estivessem protegidos de assumir contas de terceiros também protegidos por liminares.

A decisão de suspensão das liquidações pelo Conselho de Administração da CCEE decorre essencialmente do fato de que os valores arrecadados seriam insuficientes para atender simultaneamente as liminares judiciais e os créditos dos agentes com posição credora protegidos pelas decisões judiciais indicadas. Inicialmente, as liquidações ficaram suspensas até o desfecho das negociações relativas a Repactuação do Risco Hidrológico, que ocorreu em janeiro de 2016.

* * *

Miguel Gustavo Junqueira Franco
Diretor Superintendente

Luis Carlos dos Santos
Diretor Comercial Financeiro

Jarba Moreira da Silva
Contador
CRC-MG 074.173/0-7